



MATERNIDADE E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: BARREIRAS SISTÊMICAS E CAMINHOS PARA A PERMANÊNCIA¹

VANESSA TENEDINI²; CAROLINE TENEDINI³

Resumo: A evasão de estudantes mães na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui um indicador sensível das desigualdades de gênero que persistem no sistema educacional brasileiro, resultando na interrupção de projetos de vida e em uma significativa perda de capital humano para o país. Este artigo, fundamentado em uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e documental, tem como objetivo central analisar as complexas e multifatoriais causas que conduzem a essa interrupção formativa. A análise investiga desde os impactos psicossociais da maternidade na identidade e saúde mental da estudante até as barreiras institucionais manifestadas na rigidez curricular e na ausência de uma cultura de acolhimento. Discutem-se, ainda, as especificidades da EPT, como a exigência de atividades práticas e uma cultura de temporalidade acelerada, que agravam tais desafios. Os resultados apontam a evasão como um fenômeno decorrente da sobrecarga de responsabilidades, da insuficiência de políticas de apoio e de uma estrutura pedagógica pouco flexível. Como desdobramento desta análise, explora-se um conjunto de boas práticas, visando subsidiar a construção de um ambiente educacional mais equitativo. Conclui-se que a permanência dessas estudantes é uma corresponsabilidade institucional, essencial para a efetivação do direito à educação e para a promoção da justiça social.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Maternidade; Educação Profissional e Tecnológica; Políticas de Permanência; Desigualdade de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se afirmado no Brasil como um pilar estratégico para o desenvolvimento social e a inserção qualificada no mundo do trabalho. No entanto, para além das estatísticas de expansão e sucesso, persistem desafios estruturais que limitam seu potencial transformador. Um dos mais silenciosos e, ao mesmo tempo, impactantes desses desafios é a evasão de estudantes do sexo feminino cujas trajetórias acadêmicas são atravessadas pela maternidade. Este

¹ Artigo apresentado para a VII Mostra de Iniciação Científica do CESURG. Ano 2025.

² Centro de Ensino Superior Riograndense – vanessatenedini@cesurg.com

³ Centro de Ensino Superior Riograndense – carolinetenedini@cesurg.com



fenômeno, longe de ser uma questão de mérito ou escolha puramente individual, expõe uma profunda falha sistêmica e revela as desigualdades de gênero que ainda estruturam as instituições de ensino.

A evasão pós-maternidade não representa apenas a interrupção de um projeto de vida individual, perpetuando ciclos de vulnerabilidade socioeconômica; ela significa também uma perda inestimável de capital humano e intelectual para a nação. Cada estudante que abandona o curso representa um investimento público desperdiçado e um talento que deixa de contribuir para a inovação e o progresso do país.

Este artigo, portanto, propõe-se a realizar uma análise aprofundada dos múltiplos fatores que contribuem para a evasão de alunas mães no contexto da EPT. Partindo de um panorama sobre a interseccionalidade entre maternidade, gênero e educação, a análise avança para o estudo das barreiras institucionais, das dimensões psicossociais que afetam a estudante e das especificidades da própria EPT que intensificam tais desafios.

A relevância desta discussão reside na urgência de transcender a mera constatação do problema para formular soluções estruturadas e eficazes. Defende-se aqui a tese de que a permanência estudantil é uma corresponsabilidade que exige políticas institucionais ativas, uma cultura de acolhimento genuína e, fundamentalmente, uma pedagogia do cuidado. Ao final, este trabalho busca delinear caminhos teóricos e práticos que possam fundamentar a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, onde a maternidade e a formação profissional possam coexistir de forma digna e produtiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A evasão de estudantes mães não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como o sintoma de desigualdades profundamente arraigadas na estrutura social. A relação entre maternidade, gênero e educação é atravessada por uma construção histórica que relegou às mulheres a primazia do trabalho de cuidado. A entrada massiva de mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma redistribuição equitativa das tarefas domésticas, resultando no que autoras como Heleieth Saffioti (2013) definem como "dupla ou tripla jornada". Essa realidade onera desproporcionalmente as mulheres que são mães, trabalhadoras e



estudantes, criando uma sobrecarga que tensiona e, frequentemente, inviabiliza a permanência no sistema educacional. Pesquisas, como a de Costa (2021), demonstram que a chegada de um filho durante a graduação aumenta significativamente as chances de evasão feminina, um fenômeno agravado pela ausência de políticas de acolhimento que tratem a maternidade como uma responsabilidade social. A neutralidade das políticas acadêmicas, ao ignorar as especificidades de gênero, acaba por reforçar as barreiras existentes, promovendo uma forma silenciosa de exclusão. Dessa forma, a evasão não é uma falha de "gestão de tempo" da aluna, mas uma questão estrutural que reflete a desigualdade de gênero presente na sociedade e nas instituições de ensino.

A análise ganha contornos mais urgentes sob a lente da interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991), que demonstra como diferentes eixos de subordinação — como raça, gênero e classe — se sobrepõem, criando formas múltiplas e agravadas de discriminação. Para a estudante mãe, negra e de baixa renda, os desafios não são apenas somados, mas potencializados. A sobrecarga da tripla jornada é intensificada pela realidade de empregos mais precários e uma divisão de trabalho ainda mais desigual, como aponta a obra de Patricia Hill Collins (2019) sobre o pensamento feminista negro. Dados do IPEA (2023) corroboram essa visão, mostrando que mulheres negras com filhos constituem o grupo com a maior taxa de informalidade e o menor rendimento médio no país. Adicionalmente, o racismo estrutural presente nas instituições de ensino adiciona barreiras psicossociais, com estudantes negras relatando sentimentos de não pertencimento, o que, segundo Sueli Carneiro (2017), gera um desgaste emocional que drena os recursos para o sucesso acadêmico. Nesse contexto, políticas de assistência estudantil padronizadas, que não adotam um recorte interseccional, mostram-se insuficientes, acabando por perpetuar a exclusão que pretendiam combater, como concluiu Baptista (2022).

A discussão sobre a evasão materna está intrinsecamente ligada a uma questão frequentemente invisibilizada: o papel da paternidade e da corresponsabilidade pelo cuidado. Enquanto a maternidade é socialmente enquadrada como um "obstáculo" à carreira acadêmica da mulher, a paternidade raramente é vista da mesma forma na trajetória masculina. Essa assimetria revela a profunda naturalização da sobrecarga feminina e a urgência de incluir os homens



como parte central da solução, desafiando o que R. W. Connell (2005) define como "masculinidades hegemônicas", que desvinculam o homem do trabalho de cuidado. Estudos como o de Ribeiro (2022) mostram uma disparidade gritante: enquanto 45% das estudantes mães consideraram evadir por questões ligadas ao cuidado, apenas 8% dos estudantes pais relataram o mesmo, e muitos associaram a paternidade a um aumento na motivação para concluir o curso. Essa dinâmica se reflete na ausência quase total de políticas institucionais voltadas para estudantes pais. Um levantamento de Guedes (2020) em Institutos Federais encontrou menções à maternidade em 18 de 20 regimentos analisados, mas apenas 2 faziam qualquer referência à paternidade. A própria infraestrutura, como a ausência de fraldários em banheiros masculinos, materializa a premissa de que o cuidado infantil não é uma responsabilidade masculina no espaço acadêmico.

Embora a conciliação entre maternidade e estudos seja um desafio universal, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) apresenta um conjunto de especificidades que podem agravar as dificuldades, convertendo suas maiores virtudes em obstáculos. A característica mais evidente da EPT é a centralidade das atividades práticas, laboratoriais e dos estágios obrigatórios. A formação na EPT se baseia na integração entre teoria e prática, no "aprender fazendo", como aponta Ciavatta (2009). Diferente de cursos puramente teóricos, na EPT a ausência presencial implica uma perda de aprendizado prático dificilmente compensável, o que compromete a aquisição de competências essenciais e torna complexa a aplicação da Lei nº 6.202/1975, que assegura o regime de exercícios domiciliares. Outro fator agravante é a lógica de "temporalidade acelerada" da EPT, que promete uma inserção rápida no mercado de trabalho e pressupõe uma trajetória linear. A maternidade quebra essa linearidade, e um afastamento pode ser percebido pela estudante como uma perda desse timing crucial, gerando uma ansiedade que pode levar ao abandono.

O perfil do corpo discente da EPT, majoritariamente composto por estudantes-trabalhadores de classes populares, adiciona uma camada de complexidade à "tripla jornada", como analisa Ramos (2017). Soma-se a isso a dificuldade de construir "capital social e profissional", uma vez que grande parte do valor da formação na EPT advém do networking. A estudante mãe, frequentemente em "pobreza de tempo", fica alijada de eventos e atividades extracurriculares que, segundo Nogueira (2020), são decisivas para futuras oportunidades de emprego. A cultura de muitos cursos,



especialmente nas áreas de indústria e tecnologia, historicamente masculinizados, também pode ser um fator de exclusão, tratando a maternidade como uma questão do âmbito privado e fazendo com que a aluna se sinta isolada e inadequada. A alta evasão no Brasil, contudo, não é uma fatalidade, mas o resultado de uma omissão histórica de políticas públicas. Em contraste, nações escandinavas oferecem licença parental remunerada e acesso a creches públicas de alta qualidade para estudantes, o que, segundo Jensen (2021), resulta em taxas de evasão consideravelmente mais baixas. Modelos eficazes também são vistos no Canadá, com centros de apoio específicos, e na Alemanha, com o direito à vaga em creche legalmente assegurado. Na América Latina, embora países como Argentina e Uruguai possuam redes mais amplas de creches que impactam positivamente a permanência (Acosta, 2020), um estudo da UNESCO (2021) aponta que a fragmentação de políticas é a norma na região.

A transição para a maternidade reconfigura a identidade, e quando ocorre durante a trajetória acadêmica, os impactos psicossociais são críticos. Um dos principais desafios é o conflito de identidades, pois a sociedade tem dificuldade em conciliar os papéis de "mãe" e "estudante", o que pode gerar sentimentos de culpa e inadequação, afetando a autoestima acadêmica, conforme discutido por Zorn e colleagues (2020). A saúde mental emerge como um ponto de vulnerabilidade, com a sobrecarga criando um cenário propício ao estresse crônico, ansiedade e depressão pós-parto, frequentemente agravados pelo isolamento social. A instituição, nesse contexto, pode se transformar em um "não-lugar", conceito de Marc Augé (1995), um espaço de transitoriedade onde a aluna não se sente pertencente, o que impacta seu engajamento e aprofunda o sentimento de invisibilidade.

Este cenário é um gatilho para a "Síndrome da Impostora", fenômeno descrito por Clance e Imes (1978) como a incapacidade de internalizar as próprias conquistas. Para a estudante mãe, o conflito de identidades alimenta a crença de que não desempenha nenhum papel de forma adequada. Uma pesquisa de Santos (2022) identificou que a prevalência de sentimentos associados à síndrome era 70% maior em alunas mães, correlacionada à percepção de falta de apoio institucional. A cultura institucional pode validar inadvertidamente essa síndrome através do que Duarte (2021) denomina "validação institucional da dúvida", onde as barreiras estruturais funcionam como uma "confirmação" externa da insegurança da estudante.



Adicionalmente, as competências desenvolvidas na maternidade, como gestão de crises e multitarefa, que autoras como Andrea O'Reilly (2016) chamam de "capital materno", são frequentemente desvalorizadas no ambiente acadêmico, em vez de serem reconhecidas como ativos que enriquecem a formação.

As barreiras que levam à evasão são, muitas vezes, o resultado de um modelo educacional androcêntrico e produtivista. A rigidez estrutural e pedagógica da EPT, com sua ênfase em aulas práticas e carga horária presencial, oferece pouca margem para flexibilização. A falta de formação específica sobre gênero e diversidade faz com que o apoio dependa da "boa vontade" individual de cada professor, transformando um direito em um favor. A barreira mais concreta, contudo, é a insuficiência das políticas de assistência estudantil, como a escassez de vagas em creches e a falta de espaços de acolhimento nos campi. Essas questões se manifestam através do "currículo oculto", conceito de Tomaz Tadeu da Silva (2000), que se refere a tudo que é ensinado implicitamente. A programação de eventos em horários inacessíveis ou a ausência de banheiros familiares são formas pelas quais a instituição comunica que o "estudante ideal" é aquele sem responsabilidades de cuidado. A evasão, por sua vez, transcende o drama individual, gerando repercussões econômicas de longo prazo. Estudos como o de Mendonça e Barros (2021) demonstram que a conclusão de um curso técnico pode aumentar o salário de uma trabalhadora em até 30%. Ao abandonar o curso, a mulher fica restrita a oportunidades mais precárias, o que contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza. Um relatório do BNDES (2022) aponta que a taxa de informalidade para mulheres com apenas o ensino médio é quase o dobro daquela para mulheres com formação técnica. A nível macroeconômico, a evasão representa uma perda de investimento público e de produtividade. Investir na permanência, portanto, é uma política de empoderamento econômico e de promoção da equidade de gênero, como defende Hildete Pereira de Melo.

A superação desse cenário passa por valorizar a agência das próprias estudantes e por uma profunda transformação institucional. Muitas vezes, é na solidariedade entre pares e na força dos coletivos que as alunas encontram a resiliência necessária. Diante da insuficiência do apoio privado e institucional, emergem os coletivos de mães estudantes, que se tornam espaços de acolhimento e ativismo político. Um estudo de caso de Freitas (2020) revelou que um desses



coletivos foi responsável pela criação de uma brinquedoteca e pela inclusão do auxílio-creche no edital de assistência, demonstrando sua eficácia como agente de mudança. Conforme a teoria dos movimentos sociais de Maria da Glória Gohn (2011), esses grupos transformam um "problema individual" em uma questão política coletiva. Uma política de acolhimento eficaz deve reconhecer e fortalecer essas iniciativas. Paralelamente, a instituição precisa adotar a flexibilização curricular, que envolve reestruturar cursos para permitir diferentes itinerários formativos e a oferta de disciplinas em formatos híbridos, como defende Libâneo (2012). Essa abordagem deve ser combinada com uma "pedagogia do acolhimento", fundamentada no diálogo e na confiança, como preconizado por Paulo Freire (1996) e Jaume Moll (2010). O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), de Rose e Meyer (2002), oferece um modelo para criar ambientes de aprendizagem que sejam acessíveis para todos desde o início. Estratégias como a educação baseada em competências (Machado & Pereira, 2022) e programas de tutoria e mentoria (Fonseca, 2019) são ferramentas de alto impacto para combater o isolamento e promover o pertencimento.

3 MATERIAL(AIS) E MÉTODOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sistemática e em análise documental. A abordagem metodológica foi escolhida para permitir uma análise aprofundada das complexas causas que levam à interrupção da trajetória formativa de estudantes mães na Educação Profissional e Tecnológica. Por meio da revisão de literatura acadêmica, foram investigadas as múltiplas dimensões do problema, incluindo os impactos psicossociais da maternidade, as barreiras institucionais e as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. A análise documental e bibliográfica permitiu também comparar as políticas de permanência em cenários nacional e internacional, oferecendo um panorama sobre as lacunas e as possibilidades existentes. O conhecimento acumulado a partir desta metodologia serviu de alicerce para a etapa final do trabalho, que consiste na elaboração de um Guia de Boas Práticas, cujas diretrizes são diretamente ancoradas na teoria e nos modelos de sucesso identificados.

4 RESULTADOS



A análise da literatura e dos desafios estruturais enfrentados por estudantes mães na EPT aponta para a necessidade de respostas sistêmicas e integradas por parte das instituições de ensino. Os resultados desta pesquisa se consolidam na forma de um Guia de Boas Práticas, que traduz o diagnóstico do problema em ações concretas. As soluções propostas estão estruturadas em três eixos interdependentes, que visam construir uma cultura de acolhimento e permanência.

O primeiro eixo foca em Políticas Institucionais como a espinha dorsal da mudança. A formalização de direitos em normas e programas é o que garante a universalidade do apoio. Os resultados indicam a necessidade de implementar uma Licença-Maternidade Estudantil que seja efetiva, com um plano de atividades domiciliares que contemple alternativas para o aprendizado prático, como o uso de simuladores. Outro resultado crucial é a necessidade de Apoio à Primeira Infância, seja via Auxílio-Creche ou pela criação de Espaços Infantis no campus, o que desmantela a "tripla jornada" e comunica que crianças e mães são bem-vindas. Adicionalmente, aponta-se para a Flexibilização Curricular Estrutural, com a implementação de avaliação por competências e a adoção de princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), para criar cursos que já nascem acessíveis. Por fim, a Infraestrutura Física de Acolhimento, com fraldários e salas de amamentação, materializa o discurso da inclusão e combate o "currículo oculto".

O segundo eixo de resultados refere-se ao Apoio Pedagógico e Psicossocial, a rede de sustentação humana que combate o isolamento e fortalece a saúde mental. Propõem-se Programas de Tutoria e Mentoria que conectem alunas mães a pares mais experientes ou a servidoras-mentoras, criando um canal para a troca de saberes práticos e emocionais e para a construção de capital social. É fundamental também oferecer Suporte Psicológico Especializado, com profissionais capacitados para compreender as especificidades dessa vivência, como a culpa materna e o conflito de identidades. A articulação dessas ações em um Núcleo de Apoio à Permanência da Estudante Mãe funciona como um ponto focal que garante que o suporte transcenda a individualidade dos profissionais e se torne uma política perene.

O terceiro e último eixo de resultados aborda a Sensibilização da Comunidade Acadêmica, visando a uma mudança cultural. A principal ferramenta para isso é a Formação Continuada para Docentes e Servidores sobre pedagogias inclusivas e



"Resiliência Científica – Desafios e Oportunidades"



relações de gênero, para que compreendam a evasão como um sintoma da exclusão sistêmica. Sugerem-se também Campanhas de Comunicação e Valorização que contem as histórias das estudantes mães, celebrem suas conquistas e combatam a invisibilidade. Finalmente, a criação de Protocolos de Acolhimento Claros e Acessíveis empodera a estudante a buscar seus direitos, garantindo um tratamento isonômico e removendo o constrangimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, ficou demonstrado que a evasão de estudantes mães na Educação Profissional e Tecnológica não é um evento isolado, mas o ápice de um processo de exclusão sistemática. A rigidez curricular, a cultura do produtivismo, a falta de redes de apoio e a invisibilidade da maternidade nas políticas e práticas pedagógicas criam barreiras que se tornam intransponíveis para muitas. A pesquisa revelou que a resiliência individual, embora admirável, é insuficiente para superar obstáculos de natureza estrutural. A permanência só se torna uma possibilidade real quando a instituição assume seu papel de corresponsabilidade, passando de uma postura de indiferença para uma de acolhimento ativo. Isso requer uma transformação profunda, que vai da infraestrutura física à sensibilidade do corpo docente. As recomendações propostas indicam que a construção de uma educação inclusiva passa pela implementação de políticas robustas, pela criação de redes de suporte psicossocial e pela sensibilização da comunidade acadêmica. Investir na permanência de estudantes mães não é apenas uma questão de justiça social, mas um investimento estratégico no potencial humano do país. Garantir que a maternidade e a educação possam coexistir é um passo fundamental para a construção de um sistema educacional que, de fato, não deixe ninguém para trás.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Daniela. **Políticas de bem-estar e acesso à educação superior no Cone Sul: um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Uruguai**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.



ALMEIDA, Carolina. Temporalidades e aceleração na educação profissional: um estudo sobre as trajetórias discentes. **Revista Brasileira de Educação e Trabalho**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-62, 2021.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BAPTISTA, Mônica. **Assistência estudantil e interseccionalidade: uma análise sobre a eficácia das políticas de permanência nos Institutos Federais**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BNDES. **Capital humano e desenvolvimento: os desafios da educação para a produtividade no século XXI**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 83-98.

CLANCE, Pauline R.; IMES, Suzanne A. The imposter phenomenon in high achieving women: Dynamics and therapeutic intervention. **Psychotherapy: Theory, Research & Practice**, v. 15, n. 3, p. 241-247, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

COSTA, Juliana. **Maternidade e percursos universitários: um estudo sobre os fatores associados à evasão de estudantes mães em uma universidade pública**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DOURADO, Ricardo. **Políticas de permanência na educação superior: entre o direito e a prática**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.



"Resiliência Científica – Desafios e Oportunidades"



DUARTE, Cristiane. **O peso da dúvida: cultura institucional e a síndrome da impostora em mulheres na pós-graduação.** Salvador: Editora da UFBA, 2021.

FONSECA, Beatriz. O impacto dos programas de mentoria na redução da evasão e no fortalecimento do pertencimento discente. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 112-130, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Laura. **"Nossos filhos serão da universidade": ativismo e estratégias de permanência do coletivo de mães da UFSC.** 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A educação profissional e tecnológica diante da crise do capital: entre a inclusão precária e a resistência. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 11-28, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GUEDES, Tiago. **Paternidade e assistência estudantil: uma análise documental nos regimentos da Rede Federal de Educação.** In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS ESTUDANTIS, 5., 2020, Brasília. Anais... Brasília: ANFOPE, 2020. p. 34-48.

Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça: um panorama da inserção feminina no mercado de trabalho.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

JENSEN, Lars. **Equity in higher education: a comparative study of student support policies in Scandinavia.** Oxford: Oxford University Press, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** 4. ed. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2012.

MACHADO, Felipe; PEREIRA, Ana. Educação por competências na EPT: desafios e possibilidades para uma avaliação autêntica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, n. 23, p. 1-18, 2022.

MELO, Hildete Pereira de. A centralidade do cuidado para uma economia feminista. **Revista Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 123-140, 2019.



MENDONÇA, Ricardo; BARROS, Felipe. **O prêmio salarial da educação técnica no Brasil: uma análise por microdados da PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2021.

MOLL, Jaume (Org.). **Pedagogia do acolhimento: caminhos para uma escola mais humana**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NOGUEIRA, Cláudio. **Capital social e desigualdades educacionais: a construção de trajetórias no ensino técnico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

O'REILLY, Andrea. **Maternal theory: essential readings**. Toronto: Demeter Press, 2016.

RAMOS, Marise. A politecnicidade em questão e a política do currículo para o ensino médio. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 9-34, 2017.

RIBEIRO, Carla. **Paternidade e evasão no ensino superior tecnológico: um estudo de caso sobre as assimetrias de gênero**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. **Teaching every student in the digital age: Universal Design for Learning**. Alexandria, VA: ASCD, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Mariana. **Maternidade, saúde mental e a síndrome da impostora em cursos de tecnologia**. Artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Saúde Mental Universitária, Campinas, 2022.

SILVA, Fernanda; LIMA, Rafael. **Trajetórias interrompidas: maternidade e evasão nos Institutos Federais**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 15., 2022, Recife. Anais... Recife: Editora UFPE, 2022. p. 1-15.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

UNESCO. **Equidad y parentalidad en la educación superior: un panorama de las políticas de permanencia en América Latina**. Santiago: Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, 2021.

VALENZUELA, Sofia. **Movimientos estudiantiles y políticas de equidad en Chile: la lucha por el reconocimiento de la diversidad**. Santiago: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2019.

ZORN, Thea E.; et al. Navigating the tensions: identity conflict and academic persistence among student mothers. **Journal of Higher Education Studies**, London, v. 10, n. 4, p. 88-105, 2020.